



**PC-CE**

**POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ**

**GABARITANDO  
450 Questões Gabaritadas  
Oficial Investigador de  
Polícia**

**EDITAL Nº1 – PC/CE, DE 14 DE ABRIL DE  
2025**

**CÓD: OP-105AB-25  
7908403573332**

## **Questões Gabaritadas:**

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Informática.....	31
3. Raciocínio Lógico .....	39
4. Noções de Direito Constitucional.....	47
5. Noções de Direito Administrativo .....	59
6. Noções de Direito Penal.....	71
7. Noções de Processo Penal .....	85
8. Criminologia.....	99
9. Medicina Legal .....	109
10. Estatística .....	119
11. Legislação Especial Penal e Processual Penal.....	133

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. CEV UECE - 2024

Assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) veem – ideia – papéis
- (B) jóia – assembleia – saúde
- (C) feiura – paranoico – jibóia
- (D) pônei – apóia – creem

## 2. CEV UECE - 2024

Leia o Texto.

### **Inteligência Artificial no Mercado Editorial: Possibilidades e desafios éticos**

*Gabriel Cunha Leal de Araújo, 09/04/2024*

O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e suas repercussões têm sido acompanhados nas mais diversas esferas, devido principalmente à facilidade que ela traz para produção de conteúdo e operacionalização das atividades de maneira automatizada. Um dos mercados mais impactados por essas novidades é o mercado editorial. Como veremos a seguir, a IA, apesar de trazer várias facilidades ao trabalho, também coloca a nossa frente novos desafios e exigências de seus profissionais. Requer, pois, um olhar crítico e aprofundado sobre as desigualdades que ela pode produzir, se for utilizada de forma incorreta.

O mercado editorial, e aqui pretendo me referir a ele em todas as suas possíveis ramificações, não apenas relacionadas aos grandes conglomerados editoriais de livros tradicionais, mas também à editoração científica e de conteúdo num geral, tem se beneficiado da utilização das diversas atribuições da IAG que fazem parte do seu rol de atividades. Desde a geração automática de conteúdo, passando pela revisão gramatical e até pela própria criação de ilustrações para publicação.

Algumas dessas tarefas, como a revisão gramatical, podem ser entediantes e dispendiosas, porém a utilização da IA pode favorecer o trabalho e facilitar essa rotina. Escrever um artigo científico e verificar se a normalização está de acordo com o solicitado pela revista é um compromisso muitas vezes mais técnico do que intelectual. Para quem já se esforçou intelectual e criativamente para a

elaboração de ideias e de conteúdo, ter que se preocupar com a normalização pode ser muitas vezes frustrante. Nesse contexto, as ferramentas de IA são um importante auxílio para o autor e revisores. Podem ser ampliadas, por exemplo, se utilizadas como auxiliaadoras no processo de tradução ou na geração de resumos, sob um posterior olhar profissional qualificado.

Entretanto, as possibilidades que a IA traz para o trabalho editorial, se forem usadas indiscriminadamente, podem muitas vezes esbarrar em uma área cinzenta: onde o que é ético ou não. Quando utilizamos a ferramenta não para correção, mas para geração de conteúdo, é correto aceitar uma autoria que na verdade não existe? É esperado que não saibamos as fontes exatas do que colocamos para publicação? É bom senso que consideramos como abstração intelectual um resultado proveniente de uma ferramenta estatística sofisticada de prospecção de palavras que imitam a linguagem humana? Até esse ponto podemos considerar uma ferramenta algorítmica como fonte de informação e de autonomia científica, criativa e intelectual?

Esses questionamentos, apesar de importantes, não abarcam nem a metade dos problemas que podemos ter com as IAs. Essas ferramentas também apresentam (em seu estado atual da arte) diversas questões complexas sobre sua construção. Os modelos de aprendizado profundo de máquina (Deep Learning) possuem um enorme custo de energia, e os recursos computacionais usados para treinar esses modelos produzem uma grande pegada de carbono. Além disso, questões intrínsecas à sua construção, como a opacidade algorítmica por trás dessas ferramentas e os próprios dados usados para alimentar e fomentar o aprendizado da máquina levantam questões relacionadas à privacidade e aos problemas relacionados ao treinamento por dados invejados e com potencial desinformativo.

A IA deve ser entendida como uma facilitadora para as atividades editoriais, e ser utilizada como os softwares de apoio no nosso dia a dia de trabalho. Ela precisa ser parte auxiliar do processo

editorial, e não o processo editorial em si. Realmente queremos renunciar à sensibilidade artística dos ilustradores para terceirizar esse serviço às ferramentas de IA? O quão nocivo seria quebrar o contrato implícito entre o autor e seu público, que espera que ler algo produzido por ele, e não por uma inteligência artificial?

Não existe uma solução fácil nem definitiva quando tratamos do avanço da tecnologia de IA nas práticas editoriais. Assim como muitas das tecnologias disruptivas anteriores, ela vem consolidando seu espaço, e seu papel na otimização dessas práticas é inegável. Diante desse cenário, cabe a nós, como profissionais e cidadãos interessados, estabelecer os limites éticos de sua boa utilização, sempre tendo como norte a importância da atenção artística e intelectual humana na produção de conteúdo.

*Disponível: <https://portal.fgv.br/en/node/31487>.*

*Acesso em: 15/08/2024. Adaptação.*

A sequência que apresenta todas as palavras grafadas corretamente é:

- (A) repercussão – paralização – excurção.
- (B) discução – produção – paralisação.
- (C) excessão – admissão – assunção.
- (D) sintetização – cassação – compreensão.

### 3. CEV UECE - 2024

#### **Inteligência Artificial no Mercado Editorial: Possibilidades e desafios éticos**

*Gabriel Cunha Leal de Araújo, 09/04/2024*

O uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e suas repercussões têm sido acompanhados nas mais diversas esferas, devido principalmente à facilidade que ela traz para produção de conteúdo e operacionalização das atividades de maneira automatizada. Um dos mercados mais impactados por essas novidades é o mercado editorial. Como veremos a seguir, a IA, apesar de trazer várias facilidades ao trabalho, também coloca a nossa frente novos desafios e exigências de seus profissionais. Requer, pois, um olhar crítico e aprofundado sobre as desigualdades que ela pode produzir, se for utilizada de forma incorreta.

O mercado editorial, e aqui pretendo me referir a ele em todas as suas possíveis ramificações, não apenas relacionadas aos grandes conglomerados editoriais de livros tradicionais, mas também à editoração científica e de conteúdo num geral, tem se beneficiado da utilização das diversas atribuições

da IAG que fazem parte do seu rol de atividades. Desde a geração automática de conteúdo, passando pela revisão gramatical e até pela própria criação de ilustrações para publicação.

Algumas dessas tarefas, como a revisão gramatical, podem ser entediadas e dispendiosas, porém a utilização da IA pode favorecer o trabalho e facilitar essa rotina. Escrever um artigo científico e verificar se a normalização está de acordo com o solicitado pela revista é um compromisso muitas vezes mais técnico do que intelectual. Para quem já se esforçou intelectual e criativamente para a elaboração de ideias e de conteúdo, ter que se preocupar com a normalização pode ser muitas vezes frustrante. Nesse contexto, as ferramentas de IA são um importante auxílio para o autor e revisores. Podem ser ampliadas, por exemplo, se utilizadas como auxiliaadoras no processo de tradução ou na geração de resumos, sob um posterior olhar profissional qualificado.

Entretanto, as possibilidades que a IA traz para o trabalho editorial, se forem usadas indiscriminadamente, podem muitas vezes esbarrar em uma área cinzenta: onde o que é ético ou não. Quando utilizamos a ferramenta não para correção, mas para geração de conteúdo, é correto aceitar uma autoria que na verdade não existe? É esperado que não saibamos as fontes exatas do que colocamos para publicação? É bom senso que consideramos como abstração intelectual um resultado proveniente de uma ferramenta estatística sofisticada de prospecção de palavras que imitam a linguagem humana? Até esse ponto podemos considerar uma ferramenta algorítmica como fonte de informação e de autonomia científica, criativa e intelectual?

Esses questionamentos, apesar de importantes, não abarcam nem a metade dos problemas que podemos ter com as IAs. Essas ferramentas também apresentam (em seu estado atual da arte) diversas questões complexas sobre sua construção. Os modelos de aprendizado profundo de máquina (Deep Learning) possuem um enorme custo de energia, e os recursos computacionais usados para treinar esses modelos produzem uma grande pegada de carbono. Além disso, questões intrínsecas à sua construção, como a opacidade algorítmica por trás dessas ferramentas e os próprios dados usados para alimentar e fomentar o aprendizado da máquina levantam questões relacionadas à pri-

vacidade e aos problemas relacionados ao treinamento por dados invejados e com potencial desinformativo.

A IA deve ser entendida como uma facilitadora para as atividades editoriais, e ser utilizada como os softwares de apoio no nosso dia a dia de trabalho. Ela precisa ser parte auxiliar do processo editorial, e não o processo editorial em si. Realmente queremos renunciar à sensibilidade artística dos ilustradores para terceirizar esse serviço às ferramentas de IA? O quão nocivo seria quebrar o contrato implícito entre o autor e seu público, que espera que ler algo produzido por ele, e não por uma inteligência artificial?

Não existe uma solução fácil nem definitiva quando tratamos do avanço da tecnologia de IA nas práticas editoriais. Assim como muitas das tecnologias disruptivas anteriores, ela vem consolidando seu espaço, e seu papel na otimização dessas práticas é inegável. Diante desse cenário, cabe a nós, como profissionais e **cidadãos** interessados, estabelecer os limites éticos de sua boa utilização, sempre tendo como norte a importância da atenção artística e intelectual humana na produção de conteúdo.

*Disponível: <https://portal.fgv.br/en/node/31487>.*

*Acesso em: 15/08/2024. Adaptação.*

No texto, encontramos o vocábulo “cidadãos” que admite a única forma plural -ãos. A palavra que se flexiona seguindo a mesma regra é

- (A) charlatão.
- (B) guardião.
- (C) tabelião.
- (D) cristão.

#### 4. CEV UECE - 2024

Leia o Texto.

##### **A IA, os causídicos e o ChatGPT**

O jornal espanhol El País fez interessante editorial sobre a coqueluche (ou a pandemia) do momento: a tal inteligência artificial ChatGPT.

Com o tempo, cada vez mais os sistemas IA farão interfaces com nossos dispositivos e se tornarão uma espécie de oráculos de nossas atividades profissionais.

É por isso que o jornal chama a atenção: há riscos nisso e devemos tomar medidas para mitigá-los antes que eles se tornem uma unanimidade. Uma **IA Dependência** (a palavra é minha).

**Prós:** sua capacidade de analisar grandes quantidades de dados e **fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres**, diagnóstico de doenças, gerenciamento de recursos a longo prazo e eficiência no transporte. Suas habilidades já aliviam muitos meios de comunicação de acompanhar as flutuações da bolsa de valores, transmitir o futebol de ligas menores ou prever o tempo. E servem à educação, oferecendo a possibilidade de reforço personalizado em disciplinas especializadas, desde a matemática até o latim.

**Contras:** o fato é que não podemos automatizar estas funções sem mitigar as prováveis desigualdades que cresceriam exponencialmente, por exemplo, entre aqueles que mantêm acesso cada vez mais privilegiado a médicos, professores, secretários e jornalistas. Isto é: uma IA excludente.

**Mais:** a automação de serviços oferece vantagens econômicas às empresas, que podem estar abertas 24 horas por dia, sete dias por semana, sem pagar salários ou previdência social. Ao mesmo tempo, porém, constitui um risco para a privacidade e o cuidado do usuário, paciente e cidadão.

**O ponto:** é imperativo estabelecer diretrizes e regulamentos claros que garantam um princípio de transparência e responsabilidade no desenvolvimento e implementação de modelos automatizados, particularmente em empréstimos, saúde, contratação ou justiça criminal.

**A diretriz ética inegociável:** nenhuma IA pode nos substituir ou tomar decisões por nós; apenas nos ajudar a decidir, diagnosticar, pensar melhor.

**Dilemas e perplexidades:** como evitar assimetrias que surgirão entre aqueles com acesso privilegiado aos dados e à gestão de plataformas digitais e os nossos interesses, necessidades e diretrizes regulatórias?

**Efeitos colaterais:** altos custos ambientais. Modelos de treinamento como o GPT-3 exigem grandes quantidades de solo, minerais, fluidos, energia e capacidade computacional, e geram quantidades industriais de resíduos e gases de efeito estufa.

**Conselho:** devemos colocar nossa casa em ordem antes de deixá-la nas mãos da inteligência artificial. A pergunta: **temos a casa em ordem?**

Na rede social, ouvi (e assisti a) um diálogo em que um advogado diz que, no seu escritório, os advogados e estagiários usam o Google Bard e o ChatGPT para fazer petições. O que levava dias,

agora leva apenas algumas horas. Acentua, ainda, que o advogado que hoje não entende que ele tem que usar a inteligência artificial do Google, perde mercado. Segundo o causídico, atualmente a competição não se dá entre advogados, e, sim, entre o advogado que usa inteligência artificial e o que não usa. E o diálogo se encerra com a “advertência de uma advogada”, com ar professoral: **ou você usa o recurso para se aprimorar ou você está fora do mercado**; não tem o que fazer, não tem como você ficar criticando a inteligência artificial, ela não vai sumir.

E há um dado que é um chute na canela dos usuários da IA: o **ChatGPT já faz textos melhores que a ampla maioria** – mas ampla, mesmo – dos formados em Direito. **O ChatGPT é melhor que o seu usuário.** Bem feito. Perdeu, mané. Daí a pergunta: somos capazes de construir máquinas que fazem as coisas melhores que nós e nós mesmos não conseguimos ser melhores do que somos? Será o nosso fim?

Não, não respondam.

*Lenio Luiz Streck é professor, parecerista, advogado e sócio fundador do Streck & Trindade Advogados Associados: [www.streckadvogados.com.br](http://www.streckadvogados.com.br). Disponível em: <https://conjur.com.br>. 14/03/2024.*

*Acesso em 18/08/2024. Adaptado.*

No texto, há o uso da flexão do plural do -ão tônico em “...e fazer previsões oferece uma assistência valiosa na previsão de desastres... O substantivo que pode apresentar até três formas do plural do -ão tônico é

- (A) cidadão.
- (B) charlatão.
- (C) vilão.
- (D) automação.

### 5. CEV UECE - 2024

Assinale a opção em que os adjetivos estão corretamente grafados e flexionados.

- (A) As questões econômica-sociais estão relacionadas às dificuldades político-partidárias.
- (B) Os vestidos mais lindos que já vi minha amiga usar eram de cores pastéis.
- (C) O primeiro livro que comprei com meu próprio dinheiro tinha uma capa em tons verdes e rosa.
- (D) Os acordos lusos-brasileiros seguem em vigor até segunda ordem.

### 6. CEV UECE - 2024

Assinale a opção em que o verbo “estar” foi empregado corretamente.

- (A) A comitiva de pastores estar próxima de chegar.
- (B) Toda está comida será levada embora.
- (C) Todos devem estarem para chegar.
- (D) A caravana está prestes a sair em turnê.

### 7. CEV UECE - 2024

Texto

#### A quem a maternidade atrapalha?

Ações afirmativas, inclusive na ciência, são fundamentais para corrigir desigualdades Leticia de Oliveira - Professora da Universidade Federal Fluminense; Parent in Science

Fernanda Stanisçuaski - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Parent in Science Patrícia Valim - Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Rede Brasileira de Mulheres Cientistas

Nesta semana, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ricardo Galvão, afirmou em um evento que o movimento Parent In Science “atrapalha muito”. O professor declarou que o movimento atrapalha porque, supostamente, teria sugerido que as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq sejam avaliadas de maneira separada para homens e mulheres. Em nota divulgada nas nossas redes sociais, esclarecemos que nunca fizemos tal sugestão ao CNPq.

O Parent in Science, uma organização internacionalmente reconhecida e premiada, tem como objetivo principal destacar e abordar os desafios enfrentados por mães na comunidade acadêmica.

Relembrando a polêmica recente envolvendo o CNPq, é curioso e emblemático que Galvão tenha usado a mesma palavra que o parecerista do conselho usou para responder ao pedido da bolsa de produtividade da pesquisadora Maria Carlotta, da Universidade Federal do ABC, dizendo que suas gestações “atrapalharam” sua carreira científica.

Mas a quem a maternidade atrapalha, de fato? O movimento Parent in Science tem mostrado com dados que a parentalidade impacta a carreira especialmente de mulheres. Entretanto, o que de fato atrapalha é a falta de políticas públicas que apoiem as mães na academia e fora dela. Precisamos de creches, salas de acolhimento e amamentação, di-

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## 1. (2024)

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma proposição simples.

- (A) O céu é laranja.
- (B) O telhado é verde.
- (C) Vista esta calça.
- (D) A blusa tem três braços.
- (E) A bermuda é azul.

## 2. (2024)

Em um laboratório, há 3 salas ( $s_1$ ,  $s_2$  e  $s_3$ ). Em cada uma delas, há um sensor de temperatura que é acionado quando a temperatura no interior da sala ultrapassa os 35 °C. De acordo com o protocolo de segurança, se forem acionados simultaneamente o sensor da sala  $s_1$  e o sensor de qualquer uma das outras duas salas, o alarme do laboratório é soado e a energia local é desligada.

Considere as seguintes proposições simples:

- $s_1$ : o sensor da sala  $s_1$  é acionado;
- $s_2$ : o sensor da sala  $s_2$  é acionado;
- $s_3$ : o sensor da sala  $s_3$  é acionado;
- a: o alarme do laboratório é soado;
- e: a energia elétrica local é ligada.

Considerando  $\sim p$  como a negação de uma proposição p qualquer, o protocolo de segurança descrito acima pode ser representado, com exatidão, em linguagem lógica simbólica por

- (A)  $s_1 \wedge s_2 \wedge s_3 \rightarrow a \wedge e$
- (B)  $s_1 \wedge s_2 \wedge s_3 \rightarrow a \wedge \sim e$
- (C)  $(s_1 \wedge s_2) \vee (s_1 \wedge s_3) \rightarrow a \wedge e$
- (D)  $(s_1 \vee s_2) \wedge (s_1 \vee s_3) \rightarrow a \wedge \sim e$
- (E)  $(s_1 \wedge s_2) \vee (s_1 \wedge s_3) \rightarrow a \wedge \sim e$

## 3. (2024)

Sejam p e q proposições, tais que p: “meu carro é preto” e q: “tenho carteira de habilitação”. Assinale a alternativa que apresenta, **CORRETAMENTE**, a expressão equivalente a  $p \wedge \sim q$ .

- (A) Meu carro é preto ou tenho carteira de habilitação.
- (B) Meu carro não é preto e tenho carteira de habilitação.

(C) Meu carro é preto e não tenho carteira de habilitação.

(D) Meu carro é preto ou não tenho carteira de habilitação.

## 4. (2024)

Em lógica, um conectivo é um símbolo ou palavra usado para conectar duas ou mais sentenças. Considere as proposições a seguir: p: Lucca é analista de sistemas do Detran-AC; q: Eloise é engenheira civil do Detran-AC. Usando conectivos, a proposição: “Lucca é analista de sistemas e Eloise não é engenheira civil, ambos do Detran-AC” pode ser representada por

- (A)  $p \vee \sim q$
- (B)  $p \wedge \sim q$
- (C)  $q \vee \sim p$
- (D)  $q \wedge \sim p$
- (E)  $\sim p \vee \sim q$

## 5. (2024)

CB1A3-I

“O chefe não me falou sobre isso, mas, se eu for convidado, aceitarei a tarefa.”

O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição CB1A3-I é igual a

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 8.
- (D) 16.
- (E) 32.

**6. (2024)**

Sejam  $p$  e  $q$  duas proposições lógicas quaisquer, assinale a alternativa que preenche, **corretamente** e de cima para baixo, a tabela verdade a seguir:

$p$	$q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	
V	F	
F	V	
F	F	

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

**7. (2024)**

Sejam  $p$  e  $q$  duas proposições lógicas quaisquer, analise a tabela-verdade incompleta a seguir:

$p$	$q$	$p \vee q$
V	V	
F	F	
V	F	
F	V	

A alternativa que indica os valores lógicos V (verdadeiro) e F (falso) que preenchem corretamente a tabela-verdade, de cima para baixo, é:

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – F – F – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) V – F – V – F.

**8. (2024)**

Considere as duas proposições a seguir.

**p:** O CREA é uma construtora.

**q:** O CREA é um conselho.

Se as proposições **p** e **q** são verdadeiras, tem valor lógico falso a seguinte proposição:

- (A) O CREA não é uma construtora e é um conselho.
- (B) O CREA não é uma construtora ou é um conselho.
- (C) O CREA é uma construtora ou não é um conselho.
- (D) Se o CREA é uma construtora, então é um conselho.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. FGV - 2024

De acordo com certa corrente teórica, a Constituição seria uma decisão concreta a respeito do Estado e dos seus contornos essenciais, distinguindo-se das leis constitucionais, normas que não apresentam importância similar, mas que são inseridas na Constituição para que tenham maior estabilidade.

A narrativa acima trata da Constituição em seu sentido

- (A) sociológico.
- (B) jurídico.
- (C) objetivo.
- (D) político.
- (E) natural.

## 2. CEBRASPE (CESPE) - 2024

A respeito da rigidez constitucional, assinale a opção **correta**.

- (A) A rigidez constitucional decorre da supremacia material e formal das normas constitucionais.
- (B) Constituições flexíveis existem apenas em países com alta instabilidade política e jurídica.
- (C) São equivalentes os conceitos de constituição escrita e de constituição rígida.
- (D) É possível haver constituições que sejam imutáveis apenas por determinado prazo.
- (E) A rigidez ou a flexibilidade de uma constituição é característica que atinge necessariamente a integralidade de seu texto normativo.

## 3. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Com base na teoria constitucionalista brasileira clássica e majoritária, assinale a opção correta no que diz respeito à classificação das constituições.

- (A) A constituição material, em sentido estrito, designa as normas constitucionais inseridas em um documento escrito que regula a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.
- (B) As constituições rígidas são aquelas que não admitem a alteração do seu texto.
- (C) As constituições promulgadas são aquelas impostas por um grupo detentor do poder, por

meio de um processo autoritário.

(D) As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.

(E) A constituição cesarista é aprovada por meio de plebiscito popular, o qual ratifica um texto constitucional elaborado pelo detentor do poder.

## 4. CEBRASPE (CESPE) - 2021

O art. 178 da Constituição brasileira de 1824, a Carta Imperial do Brasil, dispunha o seguinte: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos (...)”. Considerando-se essa disposição e os modos de classificar as constituições, é correto afirmar que a Constituição brasileira de 1824 era

- (A) flexível.
- (B) rígida.
- (C) super-rígida.
- (D) sintética.
- (E) semirrígida.

## 5. CEBRASPE (CESPE) - 2021

No que concerne a conteúdo, a constituição que estabelece preceitos cuja matéria não é constitucional classifica-se como

- (A) flexível.
- (B) formal.
- (C) eclética.
- (D) semirrígida.
- (E) analítica.

## 6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Acerca do direito constitucional intertemporal, julgue os itens a seguir.

I Segundo a teoria da recepção, uma nova Constituição revoga toda a legislação anterior com ela incompatível.

II O fenômeno da desconstitucionalização significa que as normas constitucionais de uma Constituição revogada permanecem no mundo jurídico como normas ordinárias.

III A repristinação não é admitida no direito brasileiro.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item II está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

### 7. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

### 8. FGV - 2023

Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- (A) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- (B) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- (C) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- (D) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- (E) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

### 9. FGV - 2023

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

### 10. FGV - 2023

Após amplas negociações, a República Federativa do Brasil, por meio do órgão competente do Poder Executivo federal, celebrou tratado bilateral com o País Alfa. Nesse tratado, foi previsto amplo intercâmbio de tecnologias; tratamento diferenciado, em termos migratórios, em relação aos nacionais dos respectivos países; a realização de financiamentos, por instituição financeira brasileira,

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. FGV - 2023

Os estudiosos da administração pública exploram as diversas dimensões do modelo racional-legal, questionando suas premissas sobre a natureza humana, as estruturas organizacionais, as relações interpessoais e as formas de aquisição de conhecimento. Sobre os modelos de Administração Pública, assinale a opção que apresenta uma crítica ao modelo racional-legal.

- (A) Não vincula adequadamente teoria e prática.
- (B) Privilegia a tradição humanística.
- (C) Compreende a aquisição do conhecimento em sua totalidade.
- (D) Contempla uma visão estrita da razão humana.
- (E) Inspira-se na teoria política democrática.

## 2. CEBRASPE (CESPE) - 2022

No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é o(a)

- (A) escola legalista.
- (B) método técnico-científico.
- (C) escola exegetica.
- (D) escola empírica ou caótica.
- (E) método jurisprudencial.

## 3. FCC - 2022

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correição, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

- (A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.
- (B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.
- (C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.
- (D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.
- (E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constata o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.

## 4. FGV - 2024

O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu **corretamente** que

- (A) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.
- (B) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.
- (C) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.
- (D) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.
- (E) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade

institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

### 5. FCC - 2022

*O poder normativo ou regulamentar é a prerrogativa reconhecida à Administração pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis Tradicionalmente, é reconhecida a possibilidade de órgãos e entidades localizadas institucionalmente fora do âmbito do Poder Legislativo exercerem, também, pode normativo.* (Rafael Carvalho Rezende de Oliveira, Curso de Direito Administrativo, 9.ed., item 7.4.1).

A propósito de tal poder,

(A) é possível a alteração de lei, por meio de decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo, em matéria adstrita à competência para editar regulamentos autônomos sobre a organização e funcionamento da administração, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

(B) a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

(C) dado o princípio do paralelismo das formas, todo decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo poderá ser alterado ou revogado por ato da mesma natureza.

(D) por se tratar de ato infralegal, o decreto autônomo editado pelo Chefe do Poder Executivo não pode ser questionado por meio de ação de controle concentrado de constitucionalidade.

(E) por força do princípio da hierarquia, é possível delegar a subordinado a edição de atos normativos, salvo se houver vedação legal específica.

### 6. CEBRASPE (CESPE) - 2022

A Corregedoria-Geral de Polícia Civil recebeu denúncia anônima de que Paula, servidora estadual efetiva da Secretaria de Estado de Fazenda cedida à Polícia Civil, atuava, habitualmente, com insubordinação para com seus superiores e divulgava informações da instituição nas redes sociais, sem autorização.

Tendo como referência essa situação hipotética

e as normas de direito disciplinar, assinale a opção **correta**.

(A) Dada a possibilidade de delegação do poder disciplinar, caberão ao órgão cessionário a apuração e eventual aplicação de penalidade à servidora cedida.

(B) Caberá ao órgão cedente apurar os fatos e, se for o caso, aplicar penalidade à servidora cedida.

(C) Não cabe a instauração de procedimento disciplinar contra a servidora cedida, em razão de a denúncia ter sido anônima.

(D) O órgão cessionário poderá instaurar processo administrativo disciplinar contra a servidora cedida, para apurar falta funcional, porém o julgamento e eventual aplicação de penalidade caberão ao órgão cedente.

(E) O órgão cessionário não possui competência para apuração de falta disciplinar de servidor cedido, se a falta não atingir o referido órgão.

### 7. FCC - 2023

Uma família reside há 20 anos em uma casa construída em área pública e procura a Defensoria Pública após receber uma notificação administrativa emitida por órgão da Prefeitura. No documento, há determinação de desocupação em 8 dias sob pena de demolição da construção. Nesse caso, a

(A) autoexecutoriedade dispensa a necessidade de decisão judicial para efetivação da demolição, motivo pelo qual não há medida juridicamente cabível para garantir os direitos dos usuários.

(B) autoexecutoriedade é a possibilidade de coação material para a execução do ato, tratando-se de atributo com aplicação ilimitada, dispensa previsão legal e independe de demonstração de urgência para garantia do interesse público.

(C) notificação emitida por órgão da Prefeitura é expressão do poder de polícia delegado cujos atributos são: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

(D) notificação enviada padece de vício eis que inobservados o contraditório e a ampla defesa, em burla ao devido processo legal administrativo.

(E) notificação da Prefeitura é expressão do poder disciplinar fundado na supremacia do interesse público sobre o particular.

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## 1. FGV - 2023

Para fins de incidência da lei brasileira, o Código Penal regulamenta o tempo e o lugar do crime.

De acordo com o referido diploma normativo, assinale a afirmativa correta.

(A) A lei brasileira é aplicável aos crimes ocorridos a bordo de embarcações e aeronaves públicas estrangeiras, quando atracadas em porto ou em pouso em solo nacional.

(B) Para fins de aplicação da lei penal no tempo e no espaço, considera-se praticado o crime no lugar e no momento da ação e do resultado.

(C) A lei temporária é aplicada ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração, exceto se cessadas as circunstâncias que a determinaram.

(D) As embarcações brasileiras, de natureza pública ou privada, que estejam em alto-mar ou em mar territorial brasileiro, são consideradas extensão do território nacional.

(E) O atentado à vida do presidente da República é o caso de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, devendo o autor do fato ingressar em território nacional.

## 2. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Considerando os modelos de conceituação de ação, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o modelo estratégico de ação, esta é um ato de fala, traduzido na forma de um discurso, com pretensão de validade.

(B) De acordo com o modelo causal de ação, esta consiste no movimento corpóreo que produz modificação no mundo exterior, o que permite diferenciar crimes comissivos e omissivos, bem como crimes materiais, formais e de mera conduta.

(C) De acordo com o modelo finalista de ação, esta consiste na conduta dirigida a um fim ou objetivo, o que permite segmentar a conduta em objetiva e subjetiva, contudo seu elemento essencial não é o objetivo do sujeito, mas a dirigibilidade dos meios causais usados a fim de atingir o objetivo.

(D) De acordo com o modelo social de ação, cujo principal formulador é o alemão Günther Jakobs, a ação é uma conduta socialmente irrelevante, ou seja, incapaz de ser objeto de um juízo de valor ou intervir no círculo jurídico de outrem, o que permite excluir de seu conceito fatos ou fenômenos que independam da vontade do sujeito.

(E) De acordo com o modelo funcional de ação, o elemento central da ação é a base material da conduta, o que permite a análise do crime como lesão a bem jurídico.

## 3. CEBRASPE (CESPE) - 2023

Considere as situações hipotéticas apresentadas nos seguintes itens.

I Um motorista envolveu-se em um acidente de trânsito e saiu do local sem prestar socorro.

II Uma filha, maior de idade e capaz, deixou de cuidar da própria mãe gravemente enferma.

III Um funcionário público tomou conhecimento de um crime praticado em repartição onde não trabalha e deixou de comunicar tal fato à autoridade pública.

IV O diretor de uma instituição financeira responsável pelo cumprimento dos deveres de comunicação estabelecidos na Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e com atribuição específica, determinada em estatuto, de evitar prática delituosa deixou de fazê-lo.

São situações possíveis de responsabilização do agente por omissão imprópria, nos termos do Código Penal, apenas as apresentadas nos itens

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, II e IV.

## 4. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação

sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta.

Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinale a opção correta.

- (A) Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.
- (B) Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.
- (C) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- (D) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- (E) O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

### 5. FCC - 2022

A doutrina majoritária considera que o tipo penal possui uma parte objetiva e outra subjetiva. Considerando-se o dolo como o tipo subjetivo e à luz do artigo 18 do Código Penal,

- (A) majoritariamente a doutrina considera que dolo direto de segundo grau equivale ao dolo eventual em sua porção mais débil, decorrendo um do outro nos casos em que o resultado tenha ocorrido.
- (B) o dolo eventual pressupõe que todos os resultados que não sejam primários pertençam a esta categoria, sendo impossível a configuração de um dolo direto de segundo grau.
- (C) as teorias sobre o dolo necessariamente devem conter os aspectos cognitivo e volitivo e há espaço para a conceituação de dolo em subdivisões de primeiro e segundo grau.
- (D) dolo direto de primeiro grau e dolo eventual

possuem previsão legal, sendo que o primeiro exige conhecimento e vontade e o segundo apenas o conhecimento potencial da situação fática.

(E) dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau possuem uma maior reprovação do caso concreto e não admitem uma redução da pena, ao contrário do dolo eventual que possui uma causa de redução de um a dois terços.

### 6. FGV - 2023

Rogério e Bernardo são policiais e, nessa condição, vestindo uniformes da corporação e no exercício da função, abordaram Júlio (condutor) e Mariana, na Rodovia MA 123, e solicitaram a exibição dos documentos de porte obrigatório. Rogério constatou a autenticidade dos documentos exibidos mas, não obstante, disse a Bernardo que os documentos aparentavam ser falsos, e que, portanto, conduziria Júlio à Delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante. Ato contínuo, Rogério se dirigiu a Mariana e passou a exigir uma quantia em dinheiro para evitar “prejudicar” Júlio, exibindo ostensivamente a arma de fogo de forma ameaçadora, enquanto Bernardo, a pedido de Rogério, manteve Júlio sob custódia a alguns metros de distância. Mariana, então, entregou a Rogério a quantia requerida.

De acordo com a narrativa acima, assinale a opção que corretamente analisa as condutas de cada personagem.

- (A) Rogério e Bernardo agiram em coautoria de crime contra a Administração Pública, pois ambos dividiram tarefas e incidiram no mesmo tipo penal; Mariana incidiu em corrupção ativa.
- (B) Bernardo agiu em erro de tipo, ao passo que a conduta de Rogério se amolda ao tipo penal de extorsão; Mariana agiu sob coação moral irresistível.
- (C) Bernardo agiu em erro de proibição, ao passo que a conduta de Rogério configura concussão; Mariana agiu sob coação física irresistível.
- (D) Bernardo agiu em estrito cumprimento do dever legal, ao passo que Rogério praticou conduta de concussão; Mariana agiu sob coação moral resistível.
- (E) A conduta de Bernardo se amolda ao tipo penal de prevaricação, ao passo que a conduta de Rogério se enquadra no tipo penal de extorsão e Mariana, corrupção ativa.

# NOÇÕES DE PROCESSO PENAL

## 1. FGV - 2023

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

## 2. VUNESP - 2023

O sistema processual penal acusatório antagôniza o sistema inquisitivo, entre outras razões, por

- (A) adotar a prevalência das regras constitucionais sobre as regras legais.
- (B) determinar a participação do magistrado na discussão do acordo de não persecução penal.
- (C) prever a necessidade de reexame necessário em caso de absolvição.
- (D) possibilitar a decretação da prisão de ofício.
- (E) vedar a substituição probatória do órgão de acusação pelo juiz.

## 3. FCC - 2022

A condição de terceiro é [...] em relação às provas, ao conteúdo probatório, já que o acerto das condutas deve ser novidade ao julgador. O juiz é um sujeito processual (não parte) ontologica-

mente concebido como um ignorante, porque ele (necessariamente) ignora o caso penal em julgamento. Deixará o juiz de ser um ignorante quando, ao longo da instrução, lhe trouxerem as partes às provas que lhe permitirão então conhecer.

(LOPES JR, Aury e ROSA, Alexandre Moraes da.

Quando o juiz já sabia, em: [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

Tal lição doutrinária sinaliza como a atuação do mesmo juiz em fase pré-processual atinge sua imparcialidade para julgar o mérito da demanda penal, eis que macula algo primordial em sua atuação, a denominada

- (A) originalidade cognitiva.
- (B) falsa memória.
- (C) fishing expedition.
- (D) segurança normativa.
- (E) competência funcional.

## 4. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
- (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.
- (C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.
- (D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.
- (E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

**5. FCC - 2021**

Fundamento de existência e função de um Processo Penal acusatório e garantista: por que e para que existe o Processo Penal? Mais especificamente “o fundamento é o ‘porquê’, a razão de ser de algo, enquanto a função (finalidade) diz respeito ao ‘para que’. Assim, (...) existe uma relação de prejudicialidade entre tais conceitos primeiro se analisa o fundamento para depois examinar as possíveis funções, que devem ser compatíveis com aquela premissa previamente estabelecida.

(VASCONCELLOS, Vinicius G. Fundamento e função do processo penal. Revista Eletrônica de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro, ano 12, v. 19, n. 2, maio-ago. 2018

A partir de tais lições, em um Estado Democrático de Direito, o fundamento de existência do processo penal (sua razão de existir) e sua função são, respectivamente:

(A) a pacificação social e autorizar a punição dos infratores da lei através de um procedimento em contraditório.

(B) a pacificação social e desvendar a verdade real dos fatos narrados na exordial acusatória.

(C) fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal, e permitir a punição dos infratores da lei de maneira célere.

(D) limitar o poder punitivo estatal e verificar a acusação penal em uma reconstrução histórica dos fatos a partir de provas produzidas pelas partes.

(E) limitar o poder punitivo estatal e fomentar a Política de Segurança Pública, cujo símbolo maior é o Direito Penal.

**6. CEBRASPE (CESPE) - 2023**

João praticou um crime em 4/4/2020. Em 21/7/2021, foi oferecida ação penal, tendo a condenação sido proferida em 15/2/2022. Antes do julgamento do recurso de apelação, interposto em 10/5/2022, entrou em vigor alteração legislativa estritamente processual, que alterava todo o regramento sobre a matéria na primeira instância, trazendo benefícios para o acusado, mas prejuízo em outros aspectos. Na situação hipotética apresentada, a nova lei processual

(A) deve ser aplicada ao caso, limitando-se aos dispositivos que trouxeram benefícios ao acusado.

(B) deve ser aplicada ao caso, uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.

(C) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que se aplica desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

(D) pode ou não ser aplicada ao caso, a depender de manifestação expressa do acusado.

(E) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que parte da lei poderá trazer prejuízo ao acusado.

**7. FGV - 2025**

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

( ) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que essa não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

( ) Nos crimes em que não couber ação penal de iniciativa pública, os autos do inquérito permanecerão na Delegacia de Polícia, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.

(B) F – V – F.

(C) V – V – F.

(D) F – F – F.

(E) V – V – V.

**8. CEBRASPE (CESPE) - 2024**

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

(A) É incabível o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público sem a anterior instauração do competente inquérito policial.

(B) É cabível o arquivamento do inquérito policial pela autoridade policial, desde que cabalmente demonstrada a atipicidade da conduta ou a inexistência do fato.

# CRIMINOLOGIA

## 1. FGV - 2024

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.
- (B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.
- (C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.
- (D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.
- (E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

## 2. CEBRASPE (CESPE) - 2022

O objeto de estudo da criminologia, na fase pré-científica, compreendia

- (A) o crime, o criminoso, a vítima e a pena.
- (B) o crime e o criminoso.
- (C) o crime, o criminoso, a vítima, o controle social e a pena.
- (D) o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- (E) o crime, o criminoso e a vítima.

## 3. CEBRASPE (CESPE) - 2022

Assinale a opção correta acerca da criminologia e de seus métodos.

- (A) Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.
- (B) A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer infe-

rências.

- (C) A criminologia é uma ciência cultural, do de-ver-ser.
- (D) No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.
- (E) O método experimental confunde-se com o método empírico

## 4. IBFC - 2022

No que diz respeito aos objetos da objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Para a Criminologia, o crime é um fenômeno social, comunitário e que se demonstra como um problema maior, exigindo assim dos estudiosos uma visão ampla que permita aproximar-se dele e compreendê-lo em seus diversos enfoques
- (B) A filosofia marxista, entende ser o criminoso, uma pessoa que superou a luta de classes e que logrou ignorar a força normativa que emana das estruturas econômicas
- (C) Para Escola Clássica, o delinquente era um ser que, com base em seu livre arbitrio, pecou e optou pelo mal, embora pudesse e devesse escolher pelo bem, respeitar a lei
- (D) Para Escola Positiva, o delinquente era um ser atávico, prisioneiro de sua deformação patológica, (muitas vezes nascia criminoso) ou por processos multicausais alheios (determinismo social)
- (E) A Escola Correccionalista (influência da América espanhola) tratava o criminoso como um ser inferior e incapaz de se governar por si próprio, merecendo do Estado uma atitude pedagógica e de piedade

## 5. VUNESP - 2022

Pode-se afirmar que a Criminologia é a ciência que se ocupa do delito, do delinquente, da vítima e do controle social, centrando-se nos estudos das causas dos delitos, ou seja, em explicá-lo. A Po-

lítica Criminal ocupa-se de estudar e implementar medidas de prevenção e controle do delito. Posto isso, assinale a alternativa correta.

- (A) A Política Criminal é uma ciência autônoma e independente; não é uma parte da Criminologia.
- (B) Aspectos empíricos, éticos e políticos são fundamentos que determinam os rumos da Criminologia.
- (C) Na prevenção do crime, a Criminologia é a que possui a última palavra.
- (D) Aspectos éticos, jurídicos, constitucionais, políticos ou econômicos não influenciam os rumos da Política Criminal.
- (E) Por ser uma ciência empírica, a Criminologia não pode influenciar a Política Criminal.

### 6. CEBRASPE (CESPE) - 2018

Afirmar que a criminologia é interdisciplinar e tem o empirismo como método significa dizer que esse ramo da ciência

- (A) utiliza um método analítico para desenvolver uma análise indutiva.
- (B) considera os conhecimentos de outras áreas para formar um conhecimento novo, se afirmando, então, como independente.
- (C) utiliza um método silogístico.
- (D) utiliza um método racional de análise e trabalha o direito penal de forma dogmática.
- (E) é metafísica e leva em conta os métodos das ciências exatas para o estudo de seu objeto.

### 7. FCC - 2018

Sobre a genealogia do pensamento penal, considere:

I. A pena tem, sem dúvida, origens mágicas e religiosas. O elemento religioso foi especialmente preponderante nas origens de Roma, destacando que o termo *suplício* (no sentido de pena e, mais concretamente, de pena capital) possui uma origem religiosa: *supplicium* deriva de *sub* e *placare*; apaziguar ou aplacar, neste caso, aos deuses.

II. Em tempos remotos, a responsabilidade penal era, muitas vezes, objetiva, e a subjetividade só foi estruturada com a adoção da Lei do Talião. A clássica fórmula “olho por olho, dente por dente” aparece em muitos textos históricos, como no livro do Êxodo no Antigo Testamento.

III. Desde suas origens históricas, a pena foi uma reação social contra o membro da comunidade que transgrediu as regras de convivência e com isso colocou em perigo os interesses da comunidade.

IV. As contribuições do Iluminismo foram muito importantes como crítica ao poder absoluto anterior, entretanto, as ideias iluministas estavam até certo ponto desordenadas. A Escola Clássica traz pela primeira vez a ordem, já que considera o delito como uma construção jurídica. Contudo, pode-se duvidar seriamente de que se trate de uma Escola, pois suas concepções eram bastante heterogêneas.

V. O positivismo jurídico sociológico, que teve como seu principal defensor Karl Binding, passa a proteger o Direito contra a realidade, sem considerar nenhuma valoração metajurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e V.
- (D) II, III e V.
- (E) IV.

### 8. FGV - 2024

A Criminologia é o ramo da Ciência Penal que abrange os conhecimentos relativos ao delito como fenômeno social, inclusive os processos de elaborar as leis, infringir as leis e reagir à infração das leis.

Acerca das teorias criminológicas, analise as afirmativas a seguir.

I. A teoria ecológica do delito foi criada no contexto da Escola de Chicago e consiste na sustentação, baseada em pesquisas empíricas, da correlação entre o ambiente comunitário e a formação de determinados padrões infracionais.

II. A teoria da associação diferencial, também chamada de teoria da aprendizagem social, preconiza que as racionalidades motivacionais e metodológicas que envolvem o cometimento de ilicitudes podem ter origem genética, mas são principalmente transmitidas em circunstâncias específicas no curso da convivência grupal.

III. Os chamados crimes do colarinho branco são infrações praticadas por indivíduos dotados de elevado status socioeconômico no curso de ati-

# MEDICINA LEGAL

## 1. IBFC - 2024

A embriaguez alcoólica aguda se caracteriza por um conjunto de manifestações psiconeurossomáticas resultantes da intoxicação etílica imediata, episódica e passageira. A Ataxia se caracteriza por:

- (A) Incoordenação motora na orientação dos movimentos
- (B) Perturbação na medida dos movimentos
- (C) Desordem na realização de movimentos rápidos e opostos
- (D) Incoordenação da harmonia de certos conjuntos de movimentos
- (E) Perturbação e desordens da fala

## 2. IBFC - 2024

São movimentos que estão presentes na articulação radiocarpal:

- (A) flexão, extensão, circundação, abdução, pronação
- (B) pronação, extensão, circundação
- (C) extensão, abdução, adução, circundação
- (D) pronação, circundação, extensão, abdução
- (E) flexão, extensão, circundação, abdução e adução

## 3. IBFC - 2024

Quanto à composição do tecido ósseo, é correto afirmar:

- (A) é composto por osteócitos, osteocondros e osteoclastos
- (B) é composto por osteocondros, osteoblastos e osteoclastos
- (C) é composto por osteoclastos, osteoblastos e osteócitos
- (D) é composto por osteócitos, osteoblastos e osteocodros
- (E) é composto por osteolitos, osteoblastos e osteoclastos

## 4. VUNESP - 2023

Quanto ao histórico e à evolução da medicina legal ao longo do tempo, no mundo e no Brasil, é pertinente afirmar que

- (A) o ensino da medicina legal no Brasil ganha,

na fase de transição, um caráter prático com Agostinho Souza Lima.

(B) a influência maléfica pelo Cristianismo ocorreu no período canônico.

(C) a maior contribuição do médico ao Direito ocorreu no período romano.

(D) o primeiro documento organizado de medicina judiciária, Parecer Médico, foi emitido apenas no período moderno.

(E) o exame externo dos cadáveres era realizado por médicos desde o período antigo.

## 5. VUNESP - 2022

Assinale a alternativa correta sobre o histórico da medicina legal.

(A) No Século XVII, enquanto colônia, o Brasil acompanhou o desenvolvimento científico da Medicina Legal europeia, sendo os juízes obrigados a consultarem os médicos antes de proferirem sentenças.

(B) O final do século XVI e o século XVII marcaram o início do período científico da Medicina Legal, em virtude da publicação de tratados médicos.

(C) Segundo o proposto no Code d'Instruction Criminelle, promulgado por Napoleão em 1808, a atividade jurídica e médica pericial deveria ser secreta, em conformidade com a prática inquisitória à época.

(D) A disciplina de Medicina Legal passou a figurar nas escolas de direito e médicas do Brasil em meados do século XVIII, período concomitante à implantação da Assessoria Médico-Legal junto à Secretaria de Polícia da Corte, à qual incumbia a averiguação dos crimes e dos fatos como tais suspeitados.

(E) A perícia médico legal no território brasileiro passou a ser exclusivamente realizada por peritos oficiais a partir de 1891, com a promulgação da primeira constituição da era republicana.

## 6. VUNESP - 2022

Quanto às evidências da avaliação médico-legal, pode-se afirmar que

- (A) a dosagem de álcool etílico em amostras de sangue é comprobatória na inferência do uso do etanol e da quantidade ingerida pelo periciando, visto que é um composto estável, pouco sensível a fatores endógenos ou ambientais.
- (B) diante da confissão do acusado e idoneidade dos elementos informativos, as evidências não precisam ser avaliadas, devendo ser resguardadas à contraprova.
- (C) a produção pericial requer objetividade e cumprimento de protocolos internos pré-estabelecidos, visando assegurar a qualidade e confiabilidade dos elementos probatórios.
- (D) a presença de espermatozoide/cromossomo Y em amostra da região vaginal, na investigação de suposta violência sexual, é concludente para a caracterização do crime de estupro.
- (E) as amostras biológicas destinadas à prova no âmbito forense devem seguir os protocolos recomendados de segurança da amostra quando do acondicionamento em embalagens primárias, secundárias e terciária; conforme o disposto pela ANVISA. No entanto, considerando o caráter sigiloso da persecução penal, deve-se dispensar a identificação externa da categoria do material.

## 7. VUNESP - 2022

Um homem de 54 anos privado de liberdade em regime fechado apresentou quadro clínico sugestivo de neoplasia maligna. Internado em ambiente hospitalar para investigação, foi evidenciada uma massa pulmonar com obstrução de vias aéreas e consequente infecção pulmonar compatível com etiologia bacteriana. O indivíduo evoluiu ao óbito ainda em ambiente hospitalar. Considerando a situação acima descrita, indique a alternativa correta.

- (A) Em se tratando de óbito por causa natural identificada em exames complementares, ocorrida em ambiente hospitalar, é dever do médico que assistiu ao óbito a emissão da declaração de óbito.
- (B) Em se tratando de óbito por causa natural, sendo a causa não claramente determinada, ocorrido em ambiente hospitalar, o caso deverá ser encaminhado à necropsia no serviço de verificação de óbitos da localidade, sendo a decla-

ração do óbito emitida pelo médico patologista que executou a necrópsia.

- (C) Em se tratando de óbito por causa natural em indivíduo privado de liberdade, a declaração de óbito deverá ser emitida pelo responsável médico do atendimento carcerário.
- (D) A declaração de óbito poderá ser emitida por qualquer médico que assistiu e acompanhou o doente no íterim da investigação clínica e diagnóstica. Porém, o caso deverá ser posteriormente encaminhado ao instituto médico legal para realização de corpo de delito indireto, juntamente com cópia do prontuário médico, cópias dos laudos dos exames complementares e da declaração de óbito.
- (E) Embora se trate de óbito por causa natural, o caso deverá ser encaminhado à necropsia no instituto médico legal, considerando o contexto do indivíduo privado de liberdade, sendo a declaração de óbito emitida pelo médico legista que executou a necrópsia.

## 8. CEBRASPE (CESPE) - 2022

(...) é uma metáfora, pois supõe que o resultado do delito, considerado nos seus aspectos físicos e psíquicos, registre um conjunto de elementos materiais, mais ou menos interligados, dos quais se compõe e que lhes constituem uma reunião de provas ou de vestígios da existência do fato criminoso. *Genival Veloso de França. Medicina Legal, 11.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021*

O texto precedente aborda o conceito de

- (A) parecer.
- (B) corpo de delito.
- (C) perícia médico-legal.
- (D) intervenção corporal.
- (E) cadeia de custódia de evidências

## 9. INSTITUTO AOCP - 2024

Quando, na marcha de um processo, um profissional é nomeado para intervir e formular resposta com o intuito de esclarecer questões de interesse jurídico, procurando interpretar e elucidar dúvidas em relação ao mérito, o documento a ser utilizado é o(a)

- (A) laudo médico-legal.
- (B) notificação médico-legal.
- (C) parecer médico-legal.

# ESTATÍSTICA

## 1. (2024)

Um professor de matemática oferece em seu curso três avaliações, cada uma valendo de 0 a 10 pontos. Para passar no curso, o aluno deverá atender a duas condições, que são:

I. ter média aritmética simples das três avaliações maior ou igual a 6;

II. ter média aritmética simples das duas primeiras avaliações maior ou igual a 7.

Sabendo-se que Taís passou nesse curso com média aritmética das três avaliações igual a 7, e tirou 8 na segunda avaliação, um conjunto que reúne apenas três números que poderiam ser iguais a nota de Taís na terceira avaliação do curso é

- (A) {2; 8; 9}.
- (B) {3; 6; 9}.
- (C) {5; 7; 8}.
- (D) {5; 6; 8}.
- (E) {4; 6; 7}.

## 2. (2024)

Considere a tabela a seguir.

NOTAS DOS CANDIDATOS – 1ª fase	
CANDIDATOS	NOTAS
A	13
B	9
C	7
D	14
E	11
F	19
G	5
H	12
I	8
J	6

Essas são as notas de dez candidatos a uma vaga em um concurso. Passarão para uma segunda fase desse concurso os candidatos que obtiveram uma nota igual ou maior que 85% da média aritmética simples das notas obtidas por esses dez candidatos na primeira fase. O número de candidatos que irão para a segunda fase é

- (A) 7.
- (B) 6.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 3.

## 3. (2024)

Em uma pesquisa, a média de idade de um grupo de 10 pessoas é 35 anos. Se a idade de uma pessoa foi incorretamente registrada como 45 anos em vez de 25 anos, qual é a média corrigida?

- (A) 33 anos
- (B) 34 anos
- (C) 35 anos
- (D) 36 anos

## 4. (2024)

Uma equipe de basquete joga os Jogos do Interior de Minas representando a cidade de Campanha. A média de altura dos 6 titulares em quadra é de 1,85 m. O treinador pretende fazer uma substituição na qual sairá de quadra um jogador de 1,89 m e entrará um suplente que mede 1,77 m. Qual será a nova média de altura do time, em m, após essa substituição?

- (A) 1,81.
- (B) 1,82.
- (C) 1,83.
- (D) 1,84.

**5. (2023)**

A média aritmética simples de três orçamentos para o mesmo serviço é de R\$ 860,00. Tomando-se apenas os orçamentos de valores mais alto e mais baixo, a média aritmética simples é de R\$ 880,00. Logo, o valor do terceiro orçamento está compreendido entre

- (A) R\$ 795,00 e R\$ 805,00.
- (B) R\$ 805,00 e R\$ 815,00.
- (C) R\$ 815,00 e R\$ 825,00.
- (D) R\$ 825,00 e R\$ 835,00.
- (E) R\$ 835,00 e R\$ 845,00.

**6. (2023)**

Quatro trabalhadores executam uma tarefa em tempos diferentes. Os tempos gastos para realizar essa tarefa foram 1h35min, 1h40min, 1h33min e 1h43min. Um novo trabalhador, sabendo do tempo de seus colegas, garante que o tempo médio para realizar essa tarefa será de 1h35min com a sua participação. O tempo desse novo trabalhador é

- (A) 1h22min.
- (B) 1h34min.
- (C) 1h24min.
- (D) 1h20min.
- (E) 1h30min.

**7. (2023)**

A tabela a seguir mostra o destino de 200 turistas brasileiros em um determinado período de 2022, sendo que nenhum deles viajou para mais de um destino.

	Europa	América do Sul	América Central
Homens	35	42	20
Mulheres	40	36	27

Escolhendo-se ao acaso um desses duzentos turistas, a probabilidade de ele ser uma mulher ou ter viajado para a América do Sul é:

- (A) 27/40
- (B) 29/40
- (C) 27/50
- (D) 29/50

**8. (2023)**

Uma disciplina de um curso de pós-graduação é ministrada em 20 semanas. O professor realiza uma avaliação a cada semana, e a nota final dos alunos é a média aritmética obtida por cada um deles nas 20 provas. Isabela começou mal a disciplina, obtendo nota 0 (zero) nas quatro primeiras avaliações. Na quinta avaliação, ela conseguiu 40 pontos. Na sexta, sua nota foi 42, e passou a aumentar sucessivamente 2 pontos a cada avaliação, até a última do semestre.

Qual foi a nota final de Isabela na disciplina?

- (A) 33.
- (B) 44.
- (C) 55.
- (D) 66.

**9. (2024)**

Em uma escola, as notas de 3 alunos são organizadas em uma matriz  $3 \times 4$ , onde cada linha representa um aluno e cada coluna representa uma disciplina. A matriz  $M$

é dada por:

$$M = \begin{pmatrix} 8 & 7 & 6 & 9 \\ 5 & 6 & 8 & 7 \\ 9 & 8 & 7 & 6 \end{pmatrix}$$

Com base nos dados acima, determine a média das notas do segundo aluno e assinale a alternativa correta.

- (A) 6,5.
- (B) 6,75.
- (C) 7,25.
- (D) 7,5.

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL E PROCESSUAL PENAL

## 1. (2022)

“Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

*(Estatuto da Criança e do Adolescente*

Avalie se o direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I. Ir, vir e estar, sem restrições legais ou impostas, nos logradouros públicos e espaços comunitários.

II. Opinião e expressão.

III. Brincar, praticar esportes e divertir-se.

IV. Buscar refúgio, auxílio e orientação.

Estão corretos os itens:

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

## 2. (2024)

Compreende-se por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

De acordo com a Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a aplicação da guarda compartilhada, é correto afirmar que:

(A) o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica e alternada entre a mãe e o pai;

(B) a guarda compartilhada será aplicada, sempre que possível, quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho;

(C) a guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele maior competência para propiciar aos filhos afeto nas relações com o grupo familiar;

(D) o estabelecimento público ou privado de ensino que não prestar informações a um dos genitores receberá advertência para justificar tal restrição à autoridade judicial;

(E) o juiz, para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, poderá basear-se em orientação técnico-profissional, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.

## 3. (2023)

Sobre a adoção:

(A) Na entrega protegida de criança para fins de adoção, caso o genitor indicado pela genitora manifeste interesse em assumir a paternidade, poderá ter a criança desde logo sob seus cuidados, não sendo obrigatória a concordância da genitora.

(B) A adoção por ascendentes é vedada por expressa previsão legal, porém é permitida se realizada para fins previdenciários, conforme entendimento consolidado dos Tribunais Superiores.

(C) A inscrição no cadastro nacional de adoção é a regra para os postulantes à adoção, podendo tal inscrição ser excetuada em caso de adoção unilateral ou de parente que tenha com a criança laços de afinidade e afetividade pelo prazo mínimo de 2 anos.

(D) O início do processo de adoção de criança ou adolescente depende, necessariamente, do trânsito em julgado do processo de destituição do poder familiar.

(E) A sentença declaratória de adoção pode ocorrer após o divórcio do casal, desde que na sentença estejam previstos a guarda e o regime de visitas, independentemente de quando se iniciou o estágio de convivência.

**4. (2023)**

A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

Acerca do tema, é correto afirmar:

(A) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades adoção e tutela.

(B) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto os previdenciários.

(C) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

(D) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, sendo permitida a sua realização por procuração.

(E) A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, desde que após prolatada a sentença.

**5. (2025)**

Há casos, de acordo com o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/ 1990), em que o Conselho Tutelar precisa ser comunicado pelos estabelecimentos de ensino fundamental.

Assinale a opção que expressa corretamente um desses casos.

(A) Reiteradas práticas de bullying no ambiente escolar.

(B) Atitudes desrespeitosas com professores e funcionários.

(C) Elevados níveis de repetência.

(D) Demanda por necessidades especiais.

(E) Autoritarismo docente.

**6. (2023)**

Tendo por base o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, analise as seguintes assertivas, assinalando **V**, se verdadeiras ou **F**, se falsas.

( ) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

( ) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

( ) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.

( ) É permitida a venda de fogos de estampido e de artifício por crianças e adolescentes para uso recreativo e esportivo.

A ordem **correta** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) **V – V – F – F.**

(B) **F – V – F – V.**

(C) **V – V – V – F.**

(D) **F – F – V – V.**

(E) **V – F – V – F.**

**7. (2023)**

Configura-se medida específica de proteção, prevista no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) matrícula e frequência voluntária em estabelecimento oficial de ensino médio em seu município.

(B) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

(C) encaminhamento dos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade, a autoridade judiciária.

(D) elaboração de plano individual de atendimento, elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica da escola.

(E) inclusão em programa de acolhimento familiar com vistas a destituição do poder familiar.

**8. (2024)**

Rafael, de 16 anos, foi apreendido após invadir uma loja de cosméticos e, mediante o emprego de arma de fogo, subtrair os pertences do caixa. Devidamente processado, o juízo da infância aplicou a medida de semiliberdade ao adolescente, tendo ocorrido o trânsito em julgado.

Depois de dois meses de cumprimento da medida, Laura, mãe de Rafael, procura você, como advogado(a), buscando sua orientação acerca da possibilidade de o adolescente realizar atividades externas, considerando que foi inaugurado estabelecimento que oferece diversos cursos profissionalizantes em local próximo à unidade socioeducativa.